



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DO CONSELHO DE GOVERNANÇA e R.A.E. - 2022

1) Nº PAD: 5809/2022

2) COMPOSIÇÃO DA EQUIPE	UNIDADE
Des. Wellington Emanuel Coimbra de Moura	Presidente - PRESID
Des. Fernando Wolff Bodziak	Corregedor Eleitoral - CRE
Valcir Mombach	Diretor-Geral – DG
Dr. Aldemar Sternadt	Diretor do Fórum de Curitiba
Dr. Thiago Paiva dos Santos	Diretor Executivo da Escola Judiciária Eleitoral do Paraná
Dra. Flávia da Costa Viana	Juíza Ouvidora Eleitoral
Josmar Ambrus	Secretaria da Presidência - SECPRES
Mônica Miranda Gama Monteiro	Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral - SECCRE
Lilian Gasparin	Secretaria de Administração - SECAD
Sérgio Luiz Maranhão Ritzmann	Secretaria de Gestão de Pessoas - SECGP
Solange Maria Vieira	Secretaria de Planejamento e Logística de Eleições e de Inovação - SECPLI
Helton José Sanchez	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade - SECOFC
Gilmar José Fernandes de Deus	Secretaria de Tecnologia da Informação – SECTI
Danielle Cidade Morgado Maemura	Secretaria Judiciária - SECJUD
Hillene de Cassia Sbalqueiro Silva Meira	Secretaria de Auditoria Interna - SECAUDI
Marden Lincoln Amaral Machado	Secretaria de Comunicação Social - SECOM

3) REUNIÕES REALIZADAS

1ª Reunião Data: 13/04/2022

Ações Deliberadas\Resultados Implementados:

1. Destacada a importância da atuação compartilhada da alta administração com os membros do Conselho de Governança, a fim de trazer novas iniciativas e projetos benéficos ao Tribunal e à sociedade.
2. Apresentado o Relatório de Auditoria de Gestão, exercício 2021.
3. Detalhadas as principais ações dos Comitês, previstas para implementação em 2022: Comitê de Gestão Estratégica (CGE); Comitê de Gestão de Riscos (CGR); Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP); Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI); Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas (CGLGP); Comitê



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Gestor Local de Atenção Integral à Saúde (CGLAIS); Comitê Gestor de Contratações (CGC); Comitê de Gestão de Infraestrutura (CGI); Comitê de Gestão da Tecnologia da Informação (CGTI); Comitê de Gestão Judiciária (GJUD), Comitê de Gestão Orçamentária (CGO) e Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição (CGRPNA1J).

4. Noticiados os Indicadores Estratégicos 2022.
5. Explanada a temática que envolve a “Justiça em Números”.
6. Anunciados os dados Gerais sobre o Prêmio CNJ de Qualidade 2022.
7. Atualizadas as informações a respeito do Ranking da Transparência do Poder Judiciário CNJ 2022.
8. Debatido a respeito das Metas do CNJ nº 1, nº 2, nº 4, nº 9 e nº 10.
9. Sugerida análise da psicóloga contratada, acerca do perfil favorável dos servidores para atuação no formato do teletrabalho.

2ª Reunião	Data: 27/07/2022
Ações Deliberadas\Resultados Implementados:	

1. Transmitidos informes: **a)** prioridade de julgamento dos processos que impactam no indicador nº 15 e afetam o cumprimento da meta nº 4 do CNJ; **b)** resultado preliminar do Ranking da Transparência do CNJ 2022, com percentual de 88,72%; **c)** solicitado que as áreas encaminhem à Seção de Apoio à Governança Institucional – SAGI a Matriz de Gerenciamento do 2º Risco que será monitorado em 2022.
2. Regularizados os lançamentos dos dados de alguns processos no Sistema Atena e no Portal BI.
3. Acatado o Relatório de Atividades da Secretaria de Auditoria – SECAUDI, referente ao exercício 2021.
4. Destacada a importância do acompanhamento da adaptação e produtividade dos servidores em teletrabalho. Criado o Manual do Teletrabalho, com o propósito de orientar a gestão.
5. Relatado que o acompanhamento da saúde física e mental dos servidores, que estão em teletrabalho, será realizado pela Assessoria de Atenção à Saúde e Perícias – SAUDE e a produtividade acompanhada pelas chefias e a Comissão de Gestão de Teletrabalho.
6. Anunciado que os servidores que atuam em teletrabalho e foram entrevistados pela psicóloga, trouxeram impressões positivas à Secretaria de Gestão de Pessoas – SECOP, uma vez que estão se sentindo mais vistos, acolhidos pelo Tribunal e perceberam o



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

aumento da produtividade, em razão da diminuição do estresse. Noticiada, pela psicóloga contratada, a dificuldade de se estabelecer um perfil adequado para o teletrabalho, pois trata-se de tema muito subjetivo, variável de acordo com a personalidade da pessoa.

7. Citados os riscos acompanhados pelas áreas: **a)** auxílio-alimentação dos mesários; **b)** final de prazo das eleições; **c)** registros de candidaturas; **d)** preparação das urnas; **e)** combate à desinformação; **f)** prêmio CNJ de qualidade; **g)** Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD; **h)** contratações; **i)** título net; **j)** equipamentos de proteção individual – EPI; **k)** diminuição do quadro de servidores; **l)** segurança da informação e **m)** prestação de contas.
8. Comunicados os resultados dos 33 indicadores estratégicos do Tribunal, referente ao 2º trimestre/2022.
9. Informado que o indicador estratégico nº 19, “Índice de Compras Compartilhadas” será mantido e o indicador nº 24, “Índice de eficiência do planejamento das aquisições e contratações”, será alterado, pois em razão da previsão da legislação, que autorizou a inclusão de outras contratações no plano, a métrica pelo grau de aderência ficou prejudicada. Por fim, quanto ao indicador nº 27, “Índice de adequação das instalações quanto à segurança do trabalho em altura”, foi ressaltado que a medição ocorrerá no final do ano.
10. Destacado que a criação do atendimento aos eleitores pelo número 0800 contribuiu de forma relevante com o trabalho e reduziu o prazo do atendimento pela Ouvidoria.
11. Anunciado que o Plano de Gestão foi finalizado, contando com 27 ações previstas para o período 2022/2023, divididas em 116 atividades e 12 áreas.
12. Informada a criação da Ouvidoria da Mulher.
13. Comunicado o levantamento dos dados do Tribunal obtidos até 26/07/2022, em relação ao cumprimento das Metas Nacionais 2022, números 1, 2, 4, 9 e 10 do CNJ.

3ª Reunião Data: 14/12/2022 Ações Deliberadas\Resultados Implementados:

1. Apresentadas as relevantes ações implementadas pelos seguintes Comitês: Comitê de Gestão Estratégica (CGE), Comitê de Gestão de Riscos (CGR), Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP) e Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI).
2. Enfatizadas as principais realizações da Escola da Justiça Eleitoral do Paraná – EJE/PR, dentre elas as reformas físicas do espaço cultural, da biblioteca e da escola da cidadania, que possibilitarão a otimização de espaço nobre para os eventos e ações do tribunal. Anunciado o início das tratativas para firmar novas parcerias com as escolas de governo

de outras instituições, a fim de compartilhar cursos de extensões de altíssima qualidade.

3. Noticiado que a execução orçamentária de 2022 está concluída em 97% sendo a meta atingir 99% até dezembro.
4. Relatado que a participação da Secretaria de Comunicação Social – SECOM, nos Encontros Regionais de Combate à Desinformação e Fomento à Inteligência e à Segurança do Processo Eleitoral e das Urnas Eletrônicas – ENCOSEGUES, contribuiu para o estreitamento do vínculo entre a unidade de comunicação da sede do Tribunal com os órgãos de comunicação do interior do Paraná e o aprimoramento ao combate à desinformação.
5. Informado que os registros de candidaturas tiveram acréscimo considerável de quantitativos e que a parceria com a Secretaria de Planejamento e Logística de Eleições e de Inovação – SECPLIEI, com a disponibilização dos servidores dos cartórios para apoiar a demanda do 2º grau, engrandeceu a instituição como um todo. Enfatizado que a Secretaria Judiciária - SECJUD tem destinado esforços para melhorar a ferramenta do PJE, pois as dificuldades apresentadas refletem na remessa dos processos das zonas eleitorais para a sede e desta para o TSE, o que geram inconsistências, que envolvem diretamente no despenho do Tribunal frente ao Prêmio CNJ.
6. Anunciada a possibilidade dos servidores da sede auxiliarem os cartórios em 2024, em razão das eleições municipais. Mencionado que o Projeto Eleições foi totalmente cumprido, com ampla aderência ao planejamento realizado pela SECPLIEI.
7. Destacada a conclusão do Plano de Auditoria de 2022, com a execução de 5 auditorias e 2 consultorias, acerca dos seguintes temas: **1)** substituição de servidores, a pedido da Secretaria de Gestão de Pessoas - SECGP e, **2)** segregações de funções, com relação às contratações. Realizada auditoria integrada financeira e de conformidade, que subsidiará a emissão do certificado de auditoria da gestão, até março de 2023. Efetuada auditoria integrada de toda justiça eleitoral, referente à segurança da informação. Noticiado que a auditoria da plataforma digital do poder judiciário (CNJ) foi cancelada para a Justiça Eleitoral em 2022 e será realizada em 2023, para não prejudicar o andamento das eleições. Informado que o Plano de Auditoria para 2023 já está publicado na *internet*.
8. Enfatizado que o TRE-PR possui excelente “data center”, que visa proteger os dados e as informações que transitam no Tribunal. Destacados os resultados do IGovTIC-JUD 2022 e as principais ações realizadas pelo Comitê de Gestão da Tecnologia da Informação, como por exemplo: **a)** revisão do PDTI 2021/2022; **b)** elaboração do PDTI 2023/2024; **c)** aprovação do Plano de Transformação Digital; **d)** apresentação dos ciclos de desenvolvimento de sistemas e fábrica de software; **e)** acompanhamento dos indicadores, planos de trabalho, portfólio de projetos e contratações de TI.
9. Mencionadas as principais ações do Comitê de Gestão da Infraestrutura: **a)** conclusão da construção do gradil de vidro na sede do Tribunal; **b)** elaborado estudos para viabilizar a cobertura no fórum, para abrigar os eleitores no final de prazo. **c)** aprovado o plano de

reformas de 2022, bem como as reformas que serão realizadas em 2023. No que diz respeito ao Comitê das Contratações, foi enfatizado que a partir de 01/04/2023 o Tribunal deverá aderir as previsões da Lei nº 14.133/2021, que culminará em contratações on-line e no uso de sistema de gestão.

- 10.** Informada a realização de pesquisa pela SECGP com os servidores, que possibilitará a ampliação dos projetos em 2023, que visam atender as questões referentes a: **a)** relacionamento interpessoal; **b)** solução de conflitos, **c)** análise individualizada da força de trabalho, com foco na saúde e otimização da produtividade.
- 11.** Anunciado que o relatório de atividades da Corregedoria – Ano 2022 e os projetos da Corregedoria – Ano 2023, será apresentado no dia 15/12/2022, na sessão de julgamento da Corte (Resolução TSE nº 7.651/1965, art. 20 e Resolução TRE/PR nº 792/2017, artigo 26, inciso XIV).
- 12.** Apresentadas informações inerentes aos temas afetos à Reunião de Análise da Estratégia – RAE: **a)** Revisão do Planejamento Estratégico; **b)** Indicadores Estratégicos 2021-2026; **c)** Plano de Gestão 2022-2023; **d)** Metas Nacionais 2022; **e)** Prêmio CNJ de Qualidade; **f)** Relatório de Gestão 2023 (ano base 2022); **g)** Mapeamento de Processos.

4) OBSERVAÇÕES GERAIS:

5) CONCLUSÃO:

Concluídos os trabalhos, eu, Des. Wellington Emanuel Coimbra de Moura, Presidente do Conselho de Governança e RAE, minutei o presente relatório, que será publicado na Internet/Intranet deste Tribunal.